

O PRONOME RELATIVO NA LÍNGUA GREGA E A ATRAÇÃO PELO ANTECEDENTE: UM PROBLEMA E SUA EXPLICAÇÃO

THE RELATIVE PRONOUN IN GREEK LANGUAGE AND THE
ATTRACTION TO THE ANTECEDENT: A PROBLEM AND ITS
EXPLANATION

Cesar Motta Rios¹

Resumo: O pronome relativo é recurso presente em diversos idiomas, mas seu uso apresenta peculiaridades em cada um. No caso do grego antigo, o entendimento da lógica do uso do relativo em uma frase pode ser seguido pela frustração ou perplexidade, visto que haverá várias ocorrências destoantes, nas quais ocorre a “atração pelo antecedente”. O objetivo do presente texto é conduzir o leitor à compreensão desse problema e de seu tratamento por parte dos gramáticos. Para tanto, a reflexão parte de uma consideração do pronome relativo em português, e passa por uma comparação com o hebraico bíblico, antes de introduzir o pronome relativo em grego em seus usos esperados e, também, mais inesperados por meio de exemplos, comentários e diálogo com gramáticos.

Palavras-chave: Língua Grega. Pronome Relativo. Gramática. Novo Testamento.

¹ Bacharel em Teologia (ULBRA, 2018) e Especialista em Teologia e Ministério Pastoral (ULBRA, 2020). Licenciado em Letras – Espanhol (UFMG, 2003), Bacharel em Letras – Grego (UFMG, 2005), Mestre em Estudos Clássicos (UFMG, 2009) e Doutor em Literaturas Clássicas e Medievais (UFMG, 2013). Realizou pós-doutorado na área de Filosofia Antiga (UFMG, 2014). Pastor da Igreja Evangélica Luterana do Brasil (IELB), Miguel Pereira, RJ.

Abstract: Relative pronoun is a resource present in several languages. However, its use presents peculiarities in each one. In the case of Ancient Greek, understanding the logic of the relative pronoun in a sentence can be followed by frustration or perplexity, as there will be many several discordant occurrences, in which the “attraction into the antecedent” occurs. The objective of this text is to guide the reader to understand this problem and its treatment by grammarians. To this end, it starts with a consideration of the relative pronoun in Portuguese, and goes through a comparison with Biblical Hebrew, before introducing the relative pronoun in Greek in its expected and also most unexpected uses through examples, comments and dialogue with grammars.

Keywords: Greek Language. Relative Pronoun. Grammar. New Testament.

INTRODUÇÃO

O estudante de línguas bíblicas pode, por vezes, traduzir corretamente certo trecho das Escrituras mesmo sem entender exatamente cada uma de suas partes, ou o funcionamento de cada uma de suas palavras. Ou seja, acontece de ele traduzir bem, mesmo sem ser capaz de explicar devidamente. Isso pode se dever a vários motivos. É muito comum que se lembre do texto em uma ou outra tradução, se, como muito acontece, a tarefa é a tradução de um versículo bíblico. Pode, também, ser o caso de ele, mesmo sem entender cabalmente o texto em seus detalhes, ser capaz de inferir o seu sentido. Quando acontece isso, o aprendiz pensa, a partir do que conhece de outros discursos, algo no seguinte sentido: “Bom, ele só pode estar querendo dizer isso!”

É bom lembrar, contudo, que, embora lancemos mão da tradução como instrumento para ensino e aprendizagem dos idiomas antigos, ela não é exatamente nosso fim (único, pelo menos). Não se visa, em um curso de Teologia, a formação de tradutores profissionais. O ensino de hebraico e grego tem em vista, em primeiro lugar, a aplicação do conhecimento desses idiomas no labor exegetico. Isso significa que, embora o nosso egresso vá, sim, traduzir muitas vezes, ele o continuará fazendo

mais como exercício do que como meta. A meta é a compreensão, o entendimento do texto em seus detalhes.

Por isso, de certa forma, não é suficiente que o aprendiz desenvolva a habilidade de traduzir razoavelmente pequenas porções do texto bíblico. Importa que se torne experiente na explicação desse texto, sendo, mais que antes, capaz de descrever o que ali encontra.

Percebe-se, assim, que nosso objetivo não se resume a ter uma frase traduzida, mas a tê-la entendida. Ademais, entender uma frase não é meramente conhecer o sentido (mesmo contextualizado) de cada um de seus itens lexicais. Para nossa tarefa, a sintaxe é tão importante quanto a morfologia e a semântica.

Há vasto material sobre sintaxe do Grego Antigo, do Grego Koinê especificamente, e do Grego do Novo Testamento mais especificamente. Contudo, tenho percebido que, por vezes, a explicação também requer uma explicação. Talvez isso se dê pela falta de familiaridade com termos e expressões usados pelos gramáticos. Pode ser que se trate de falta de hábito de reflexão sobre a sintaxe mesmo na língua materna. Seja como for, uma dificuldade existe e deve ser tratada.

Procuro fazer isso neste texto a partir de um problema pontual: a explicação do funcionamento do pronome relativo na língua grega. Lembro, de início, que o objetivo de uma gramática da Língua Grega Antiga não é normativo, mas descritivo. Ou seja, o objetivo da explicação não é estabelecer uma *norma* para que os aprendizes usem de modo mais esmerado o idioma na produção de discursos, mas *descrever* fenômenos existentes. Acontece de o pronome relativo funcionar de tal forma e de tal outra nesse idioma. O gramático trata de descrever esse funcionamento, refletindo sobre os motivos de isso (e aquilo outro) acontecer. Aqui, trato de tornar essa descrição mais compreensível. Para tanto, será necessária uma preparação.

Meu primeiro objetivo é, muito obviamente, auxiliar estudantes de grego na compreensão de usos do pronome relativo nesse idioma. Além disso, contudo, almejo fazer com que, pela experiência de pensar a sintaxe, de acompanhar uma explicação atentamente, se desperte neles (e em outros leitores mais ou menos experientes) o interesse por esse tipo de reflexão e a consciência de sua muita importância.

O caminho desta breve exposição começa por uma lembrança do funcionamento do pronome relativo em português. Tenho para mim que

a comparação ainda é um meio ímpar para o aprendiz. Inclusive, por isso, remeterei também ao uso do pronome relativo no hebraico, demonstrando como se assemelha ao que se dá no português falado em registro mais “popular”. Em seguida, exponho o funcionamento do pronome relativo na língua grega em seu uso mais logicamente esperado. Por fim, apresento o fenômeno descrito por gramáticos como “atração pelo antecedente” ou expressão assemelhada. Tendo percorrido toda a exposição, entendo que o aprendiz poderá entender o fenômeno, aproveitando realmente o trabalho e a explicação dos gramáticos, e valorizando sua relevância.

O PRONOME RELATIVO NO PORTUGUÊS

Se não tivéssemos pronomes relativos, nossos textos teriam uma quantidade muito mais abundante de frases curtas e de repetições. Por isso, talvez, idiomas tão diferentes quanto o hebraico de um lado, que é idioma semita, e o português, o latim e o grego, de outro lado, sendo idiomas indo-europeus, tenham desenvolvido esse recurso.

Os pronomes relativos costumam ser itens pequenos, de poucas letras numa frase, mas fazem uma diferença enorme no texto. São apresentados de forma muito conveniente para a presente reflexão na gramática de Cunha e Lindley Cintra: “[Os pronomes relativos *são assim chamados porque se referem, de regra geral, a um termo anterior – O ANTECEDENTE*”]. (Cunha; Cintra, 2017, p. 356. Destaque em caixa alta dos autores).

O termo “antecedente” nos será muito importante adiante. Convém compreendê-lo. Para começar, um exemplo pode ser bom. Os autores da citada gramática, que seguirei nesta exposição, inclusive por ser muitíssimo difundida em nosso país, observam que o antecedente do pronome relativo em português pode ser um substantivo, um pronome, um advérbio, ou mesmo uma oração inteira.

Fiquemos com o que mais acontece (refiro-me ao tipo de antecedente). Um professor diz ao aluno: “Entregue-me *esse celular* **que** eu ouvi”. O antecedente do pronome relativo “que” é “esse celular”. Se não tivéssemos o relativo como recurso, provavelmente, teríamos duas frases

e mais repetição: “Entregue-me *esse celular*. Eu ouvi *esse celular*”. Ou poderia ser dito, sem repetição tão completa, mas com nova frase com pronome oblíquo: “Entregue-me *esse celular*. Eu *o* ouvi”.

Para não ser necessária uma construção assim, com duas frases, o pronome relativo “representa” o substantivo “celular” (acompanhado no caso pelo demonstrativo “esse”), e o traz assim para a nova oração.

Como se explica essa função do pronome relativo? Cunha e Lindley Cintra usam as seguintes palavras:

Os pronomes relativos assumem um duplo papel no período com representarem um determinado antecedente e servirem de elo subordinante da oração que iniciam. Por isso, ao contrário das conjunções, que são meros conectivos, e não exercem nenhuma função interna nas orações por elas introduzidas, estes pronomes desempenham sempre uma função sintática nas orações a que pertencem (Cunha; Cintra, 2017, p. 358).

Isso quer dizer que o pronome relativo faz o vínculo entre duas orações: “Entregue-me esse celular” (1) e “**que** eu ouvi” (2). E, fazendo isso, o pronome relativo representa um elemento da primeira oração na segunda. Nesse caso, representou “esse celular”. E, ao fazer isso, ele tem uma função sintática na oração à qual dá início.

Voltemos ao nosso exemplo: “Entregue-me *esse celular* **que** eu ouvi”. Qual a função sintática de “esse celular” em “Entregue-me *esse celular*”? Objeto direto do verbo “Entregue”. Qual a função do pronome relativo “que”, que representa “esse celular” na oração “que eu ouvi”? Objeto direto do verbo “ouvi”. Neste exemplo, a função sintática é a mesma. Mas poderia ser diferente.

É momento oportuno para mudarmos um pouco nossa frase: “Entregue-me *esse celular* **que** fez barulho”. Agora, “esse celular”, na primeira parte, continua sendo objeto direto do verbo “Entregue”. Já o pronome relativo “que”, que representa “esse celular”, não é mais objeto direto, mas sim sujeito do verbo “fez”.

Podemos, também, ter um relativo funcionando como objeto indireto. Outra pessoa intervém: “Entregue mesmo ao professor *esse celular* **de que** ele falou”. Não preciso dizer que “esse celular” continua

sendo objeto direto de “Entregue”. Mas o pronome relativo mudou. Ele ganhou um “de”, porque, agora, ainda representando “esse celular”, tem a função de *objeto indireto* do verbo “falou”.²

Chegamos a um ponto muito importante, considerando nosso objetivo maior. Observe que a forma do relativo sofreu uma alteração por causa da função sintática de objeto indireto que passou a exercer. Quando funcionava como sujeito ou objeto direto, bastava um “que”. Agora, temos “de que”. A função de objeto indireto requereu a preposição.

Isso acontece no português em sua *norma culta escrita*. Obviamente, na fala popular (ou mesmo entre falantes letrados),³ seria possível ouvir algo como: “Entrega esse celular **que** ele falou”. Você deveria perceber que a frase é compreensível, mas que lhe falta algo. Quando se fala sobre alguma coisa, usamos a expressão “falar de”, e não simplesmente “falar”. Onde está a preposição? Nesse registro mais popular da linguagem, não aparece necessariamente. Ou seja, o “que” funciona como um “coringa”, podendo exercer diferentes funções sintáticas sem apoio de preposições.

Compare as seguintes frases: 1) “Encontre o homem **que** eu entreguei o celular”. 2) “Encontre o homem **a quem** eu entreguei o celular”. A primeira usa o “que”, ainda que o pronome relativo exerça a função de objeto indireto. A segunda, seguindo a norma culta escrita, usa uma preposição, fazendo o pronome relativo se conformar à sua função sintática. O sentido é o mesmo. Mas a segunda é mais clara. E isso não é preconceito linguístico. Tanto é mais clara a segunda, que a primeira costuma ser complementada para explicitação da função sintática: 3) “Encontre o homem **que** eu entreguei o celular **para ele**”.

É importante reconhecer que há mais de uma forma de dizer a mesma coisa. E é importante perceber que, embora haja uma forma mais

2 Considerando suficiente o que até aqui está exposto, sugiro conferir na obra de CUNHA, Celso e CINTRA, Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 7. ed. Rio de Janeiro: Lexicon, 2017, p. 359, outras funções sintáticas que o pronome relativo pode exercer.

3 Para entender minha opção pelo uso da noção de norma culta escrita em oposição ao português falado, conferir o artigo acessível e esclarecedor de FREIRE, Gilson Costa. Norma-padrão, norma gramatical e norma culta no Brasil: convergências, divergências e implicações para o ensino da escrita. *Revista (Con)Textos Linguísticos*, Vitória, v. 14, n. 29, p. 659-680, 2020.

esperada, no uso da língua, outras formas vão surgindo, outros recursos vão sendo desenvolvidos. Esses últimos exemplos, por sinal, nos dão o ensejo para uma breve comparação com o que acontece com o relativo no hebraico.

O PRONOME RELATIVO NO HEBRAICO EM COMPARAÇÃO COM O PORTUGUÊS

Começo este ponto de nosso percurso com uma observação que pode causar estranheza, mas que também pode ajudar de alguma forma: *Diferentemente do que acontece em grego*, em hebraico, o pronome relativo é usado de forma mais assemelhada ao uso do pronome relativo no português “popular”. Com isso, quero observar que o relativo hebraico **אֲשֶׁר** (*asher*) é um coringa como o “que” no português mais coloquial. Não há variação em sua forma, independentemente do gênero e do número do antecedente. E também não há variação na forma do pronome relativo independentemente da função sintática que exerça. Seja sujeito, objeto direto, objeto indireto etc., **אֲשֶׁר** é sempre **אֲשֶׁר**. Considere Êxodo 8.18 em hebraico e em sua tradução para o português conforme a norma culta escrita (ACF):

בַּיּוֹם הַהוּא יִתְּלַבֵּל הַיָּלֶעַד דְּמַעַיְמֵעַ רֶשֶׁא נִשְׁגַּג זְרָא־תָא אוֹהֶה מוֹיִב יִתְּלַפְהוּ
זְרָאָהּ בְּרִקְבֵי הָהוּא יִנָּא יֵכ עֲדַת נַעֲמֵל בְּרַעַ

E naquele dia eu separarei a terra de Gósen, **em que** meu povo habita, que nela não haja enxames de moscas, para que saibas que eu sou o SENHOR no meio desta terra.

A *Almeida Corrigida e Fiel* usa o relativo com a preposição “em”, porque o relativo representa na oração iniciada “a terra de Gósen” da oração anterior. E a função sintática do relativo é como de um adjunto adverbial (de lugar), complementando o verbo “habitar”. Podemos até ouvir o professor de língua portuguesa dizendo com as palavras bem destacadas: “Quem habita habita **em** algum lugar!” Por isso, o relativo aqui é “em que” e não simplesmente “que”.

Em hebraico, por outro lado, temos simplesmente o **אֲשֶׁר**, que, bem se lembre, não tem variação. E é como se poderia dizer isso no português mais coloquial: “Naquele dia eu, eu vou separar a terra de Gósen, **que** meu

povo habita...”. Ou, também, seria possível que algum falante quisesse, mesmo na sua coloquialidade, enfatizar: “Naquele dia, eu vou separar a terra de Gósen, **que** meu povo habita **nela**...”.

Uma pessoa letrada e de ouvidos exigentes poderia até estremecer ao ouvir isso: “Por que construir a frase assim, se temos como simplesmente colocar a preposição “em” antes do relativo? De onde surge essa ideia tosca?” Curiosamente, os falantes do português contemporâneo popular estão repetindo um recurso usado há milênios em hebraico. É exatamente isso que temos no versículo em hebraico. Literalmente, poderíamos traduzir: “Separarei naquele dia a terra de Goshen, **que** meu povo permanece **sobre ela**...”.

Talvez seja por essa semelhança, aliada à maior simplicidade (leia-se invariabilidade) do relativo em hebraico, que esse conteúdo não represente tanta dificuldade para os alunos que o enfrentam. Mas o mesmo não acontece com o grego. Considere o texto de Deuteronômio 12.1, 2a em hebraico, português e grego:

יְהוָה ה' הָיָה וְנָתַן רָשָׁא זָרָא בְּתוֹשַׁעַל וְנִרְמָשָׁת רָשָׁא מִיִּטְפָּשְׁמֵהֶן מִיָּהֱהָ הָאֵל
הַמְדָּא הִלְעַ מִיָּהֱהָ מִתְּא־רָשָׁא מִיָּהֱהָ לִפְּהַ תְּשֻׁלֵּל הָאֵל דִּי תַבָּא
מִיִּשְׂרָאֵל מִתְּא־רָשָׁא מִיָּהֱהָ מִשְׁוֹדֵב עַל רָשָׁא תוֹמָלְמִה־לִּכְתָּא וְדִבְאַתְּ דְּבָא
אֲנִי

ESTES são os estatutos e os juízos **que** tereis cuidado em cumprir na terra **que** vos deu o SENHOR Deus de vossos pais, para a possuir todos os dias **que** viverdes sobre a terra. Totalmente destruireis todos os lugares, **onde** as nações **que** possuireis serviram os seus deuses...

καὶ ταῦτα τὰ προστάγματα καὶ αἱ κρίσεις αἷς φυλάξετε τοῦ ποιεῖν ἐπὶ τῆς γῆς ἧς κύριος ὁ θεὸς τῶν πατέρων ὑμῶν δίδωσιν ὑμῖν ἐν κληρῷ πάσας τὰς ἡμέρας αἷς ὑμεῖς ζητε ἐπὶ τῆς γῆς ἀπωλεία ἀπολεῖτε πάντας τοὺς τόπους ἐν οἷς ἐλάτρευσαν ἐκεῖ τοῖς θεοῖς αὐτῶν οὗς ὑμεῖς κληρονομεῖτε αὐτούς

Nesse pequeno trecho, temos cinco pronomes relativos. O hebraico, como esperado, apresenta uma forma somente: רָשָׁא. O português, mesmo na norma culta escrita, consegue apresentar apenas duas formas diferentes: “que”, quatro vezes, e “onde”, uma vez. Em grego, temos nada menos que quatro formas diferentes.

O PRONOME RELATIVO EM GREGO: A REGRA ESPERADA POR LÓGICA

O pronome relativo em grego varia sua forma em gênero, número e caso. Por isso, há tantas formas diferentes. Em geral, costumamos dizer que ele concorda com o *antecedente* em gênero e número. Ou seja, se representa na oração que inicia um antecedente que é feminino plural, o pronome relativo deve estar na forma do feminino plural.

No exemplo que tanto usamos em português, não acontecia exatamente assim: “Entregue-me esse celular **que** eu ouvi”. “Celular” é masculino singular. Mas não haveria alteração, se tivéssemos algo no feminino: “Entregue-me essa corneta **que** eu ouvi”. Perceba que o mesmo “que” se mantém, mesmo com a variação do gênero do antecedente. Claro, há pronome relativo que varia assim em português (o qual, a qual...), mas não é o caso do “que”, que é o que usamos no exemplo.

Voltemos ao começo de Deuteronômio 12.1 na LXX: καὶ ταῦτα τὰ προστάγματα καὶ αἱ κρίσεις ὧς φυλάξετε... Podemos observar que o relativo está no feminino. E podemos observar que está no plural. Ele está nessa forma por causa de αἱ κρίσεις, seu antecedente, com que concorda. A bem da verdade, ele representa toda a expressão τὰ προστάγματα καὶ αἱ κρίσεις, mas concorda com o que está mais perto (assunto para outra discussão).

Tudo bem. Sabemos que o pronome relativo tem o mesmo gênero (masculino, feminino ou neutro) e o mesmo número (singular ou plural) daquilo que ele representa na oração que inicia. Se o que ele representa é neutro plural, ele estará no neutro plural. Isso está claro. Agora, em grego, além de variarem em gênero e número, substantivos variam em caso. No versículo que estamos considerando, αἱ κρίσεις é feminino, plural e está no caso nominativo. Os pronomes relativos também variam em caso, além de terem gênero e número. A questão é: O que define o caso em que o pronome relativo deve estar? O gênero e o número seguem o gênero e o número do antecedente que ele representa. O caso, em princípio, por lógica, deve ser conforme a função sintática que o pronome relativo tem na oração iniciada.

Lembre-se de nosso exemplo do pronome relativo em português na função de objeto indireto: “Entregue mesmo ao professor esse celular **de que** ele falou”. A preposição aparece para fazer com que o pronome

relativo tenha a forma necessária para sua função sintática, aqui, de objeto indireto. Em grego, o pronome assume o caso (e, por vezes, também recebe uma preposição) necessário para exercer a função sintática na oração que ele inicia: καὶ ταῦτα τὰ προστάγματα καὶ αἱ κρίσεις αὐς φυλάξετε... O pronome está no feminino plural para concordar com o antecedente. E está no caso acusativo por exercer a função de objeto direto do verbo φυλάξετε, afinal, para ser objeto direto, deve estar no acusativo.

Vejamos isso acontecendo em uma frase muito conhecida do Novo Testamento:

Ἀποκάλυψις Ἰησοῦ Χριστοῦ ἣν ἔδωκεν αὐτῷ ὁ θεὸς...

Revelação de Jesus Cristo, que Deus deu a ele...

O termo **Ἀποκάλυψις** é feminino singular. Por isso, o relativo que o representa aparece no feminino singular. Mas e o caso? **Ἀποκάλυψις** está no nominativo. Contudo, o caso do relativo é escolhido conforme a necessidade da oração que ele inicia. A pergunta é: Qual a função sintática que ele exerce em ἣν ἔδωκεν αὐτῷ ὁ θεός? O que se quer dizer é que “Deus deu **a revelação** a ele”, mas sem repetir o termo “revelação”. Por isso o uso do pronome relativo. Mas “a revelação” aqui, no que se quer dizer, é objeto direto do verbo “deu”. Voltando para o grego: o pronome relativo é usado como objeto direto do verbo ἔδωκεν. Por isso, só por isso, usa-se o acusativo: ἣν.

Lembrando: o pronome está no feminino e no singular por causa do antecedente **Ἀποκάλυψις**, feminino e singular. O pronome está no acusativo por causa da função sintática que exerce na oração, que é a de objeto direto. Faz muito sentido isso, na verdade.

Acrescento um exemplo presente em João 4.29, no qual o pronome relativo não exerce função de objeto, mas de sujeito do verbo da oração iniciada por ele:

ἴδετε ἄνθρωπον ὃς εἶπέν μοι πάντα ὅσα ἐποίησα

Vede uma pessoa **que** me disse tudo quanto eu fiz.

O pronome relativo ὃς, masculino-singular-nominativo, representa o substantivo ἄνθρωπον, masculino-singular-acusativo, na oração que ele inicia. A tal pessoa que a mulher samaritana convida a verem, na primeira parte, objeto direto do verbo ἴδετε, é quem disse todas as

coisas... É, portanto, o sujeito do verbo εἶπέν na segunda parte. Por isso, está no nominativo.

Essa é a “regra geral”, no sentido de que é algo praticado e razoavelmente (logicamente) esperado. No entanto, não existia uma polícia sintática na Antiguidade, reprimindo escritores que fugissem a essa regra em certas condições. E ninguém pode querer, desde o século 21, redigir normas a serem seguidas pelos escritores antigos. Cabe a nós, como adiantado antes, somente descrever o que eles fizeram. O que chamamos de “regra” é, na verdade, constatação do que muito acontecia. O aoristo 2 de λέγω é usado por João aqui e ali com as terminações de um aoristo 1. Nós não voltamos ao século 1º d.C. com uma regra em mãos para pressionar o evangelista quanto a isso. Também não julgamos como erro esse uso que faz. Nós o descrevemos. Nós procuramos compreendê-lo. E, assim, nós o colocamos dentro do arcabouço do que entendemos sobre o uso da língua grega naquele tempo ou por aquele autor específico.

QUANDO O RELATIVO NÃO FUNCIONA SEGUNDO A LÓGICA ESPERADA

Voltemos ao exemplo de Deuteronômio 12.1, 2a. Desta vez, vamos chegar ao segundo pronome relativo:

καὶ ταῦτα τὰ προστάγματα καὶ αἱ κρίσεις ἃς φυλάξετε τοῦ ποιεῖν ἐπὶ τῆς γῆς ἧς κύριος ὁ θεὸς τῶν πατέρων ὑμῶν δίδωσιν ὑμῖν

Se o primeiro relativo, como vimos, tem o caso conforme sua função sintática de objeto direto do verbo que o segue na ordem, o mesmo não acontece exatamente assim no caso do segundo. Observe que o trecho τοῦ ποιεῖν ἐπὶ τῆς γῆς ἧς κύριος ὁ θεὸς τῶν πατέρων ὑμῶν δίδωσιν ὑμῖν precisa ser traduzido por algo como “para fazer sobre a terra **que** o Senhor, Deus dos vossos pais, está dando a vós”. É um daqueles casos em que traduzimos de uma forma específica por ser a única solução viável. É óbvio que esse relativo ἧς está representando τῆς γῆς na oração seguinte. Só pode ser isso. E, por isso, está no feminino e no singular, como esse seu antecedente. Mas qual a função sintática que deve exercer na oração

que inicia? É objeto direto do verbo δίδωσιν, cujo sujeito é κύριος ὁ θεὸς τῶν πατέρων ὑμῶν. E o objeto indireto é indicado pelo dativo ὑμῖν. Não resta outra opção. Objeto direto. Traduzimos assim, então. Mas o caso do objeto direto é o acusativo. E ἡς não está no acusativo, mas no genitivo. Temos aqui um fenômeno estranho, que requer uma explicação. Ou seria um deslize pontual nesse trecho específico?

Consideremos em João 4.14 uma frase do Novo Testamento em que acontece algo semelhante:

ὁς⁴ δ' ἂν πίη ἐκ τοῦ ὕδατος οὗ ἐγὼ δώσω αὐτῷ,
quem beber da água **que** eu lhe darei,

O pronome relativo, οὗ, concorda em gênero e número com seu antecedente, τοῦ ὕδατος, mas vai além, e acaba concordando em caso também, ficando no genitivo. E veja que o antecedente é representado pelo relativo na nova oração para exercer a função sintática de objeto direto do verbo δώσω (o sujeito e o objeto indireto estão explicitados também, e são facilmente identificados, ἐγὼ e αὐτῷ respectivamente).

Alguém poderia pensar que se trata, nesse caso, de algum tipo de genitivo partitivo. Até poderia traduzir: “quem beber da água de que eu lhe darei...”. Mas a continuação do versículo mostra que não é disso que se trata. Porque diz adiante:

ἀλλὰ τὸ ὕδωρ ὃ δώσω αὐτῷ γενήσεται ἐν αὐτῷ πηγὴ ὕδατος
ἀλλομένου εἰς ζωὴν αἰώνιον.
Mas a água **que** eu lhe darei se tornará nele uma fonte de água que
jorra para a vida eterna.

Aqui, temos a mesma expressão se repetindo. Mas o antecedente está no nominativo, uma vez que é sujeito do verbo γενήσεται. O pronome relativo que o representa na oração ὃ δώσω αὐτῷ exerce, mais uma vez, a função de objeto direto do verbo δώσω. Está, portanto, no acusativo (Embora sua forma seja a mesma do nominativo, por se tratar de um neutro).

4 Aqui temos outro uso interessante do pronome relativo, quando não tem antecedente. É algo que merece estudo, mesmo ocorrendo também no português.

Essa ocorrência de duas formas no mesmo versículo ajuda a perceber que o esperado (por lógica) era mesmo um pronome relativo no acusativo em ambos os casos. Mas, na primeira parte do versículo, temos um genitivo.

Para não nos limitarmos a João, observo que algo semelhante acontece em 2Coríntios. Duas frases muito semelhantes revelam a mesma dinâmica, embora estejam mais distantes no espaço, mas não no sentido e nos termos usados, o que favorece nossa comparação com fins didáticos. Considere-se:

ἐάν [τε] γὰρ περισσότερόν τι καυχῆσωμαι περὶ τῆς ἐξουσίας ἡμῶν ἧς ἔδωκεν ὁ κύριος εἰς οἰκοδομὴν καὶ οὐκ εἰς καθαίρεσιν ὑμῶν, οὐκ αἰσχυνθήσομαι (2Co 10.8).

*Pois caso eu me glorie em algo mais a respeito da nossa autoridade, **que** o Senhor deu para a edificação e não para vossa destruição, não me envergonharei.*

Διὰ τοῦτο ταῦτα ἀπὸν γράφω, ἵνα παρὼν μὴ ἀποτόμως χρήσωμαι κατὰ τὴν ἐξουσίαν ἣν ὁ κύριος ἔδωκέν μοι εἰς οἰκοδομὴν καὶ οὐκ εἰς καθαίρεσιν (2Co 13.10).

*Por isso, estando afastado, escrevo estas coisas, para que, estando junto, não aja com severidade conforme a autoridade **que** o Senhor deu a mim para edificação e não para destruição.*

No primeiro versículo, Paulo usa o pronome relativo no genitivo, mesmo precisando do pronome na função de objeto direto, o que exigiria um acusativo. No segundo, o pronome está, como se esperava, no acusativo. Qual a diferença entre os dois momentos? É exatamente a diferença que temos no versículo antes citado de João: na primeira situação, quando o relativo aparece “estranhamente” no genitivo, mesmo exercendo função de objeto direto na sua oração, o antecedente está no genitivo. Na segunda situação, o relativo aparece esperadamente no acusativo, já que exerce função de objeto direto na sua oração.

O que fazemos com esse aparente desvio, em que o relativo usado como objeto direto não aparece no acusativo? Podemos traduzir sem considerar o problema. No fim das contas, tende a funcionar. O sentido parece se impor. Mas não é bom traduzir sem compreender o que está acontecendo. E, felizmente, o fenômeno não passou despercebido por muitos estudiosos. Temos uma descrição satisfatória, a meu ver.

RECORRENDO ÀS GRAMÁTICAS

Até aqui, o percurso serviu para ajudar a compreender a questão que os gramáticos precisaram tentar resolver. Afinal, acessar a resolução sem perceber antes o problema não seria muito prático. Agora, abrimos alguns livros.

No terceiro volume da gramática de James H. Moulton (preparado postumamente por Nigel Turner), mais especificamente no vigésimo quarto capítulo, que tem por título *Inconsistences Between Main and Dependent Clauses* [Inconsistências entre cláusulas principais e dependentes], encontra-se, como primeiro tópico, aquele intitulado “Atração do pronome relativo pelo caso do antecedente” (Moulton and Turner, 1976, p. 324). Infelizmente, considerando que seu leitor já conhece a língua grega por outras experiências, o autor (ou seu sucessor) não faz um esforço didático considerável, por entender que “Pouca coisa precisa ser anotada, já que esse fenômeno é bem conhecido pelos estudantes de Grego Clássico, da LXX e dos papiros” (Moulton and Turner, 1976, p. 324). Menciona, então, alguns trechos para demonstrar que esse fenômeno sofreu com as “correções” de copistas na transmissão manuscrita. Isso acontece, por exemplo, em João 4.5:

Ἐρχεται οὖν εἰς πόλιν τῆς Σαμαρείας λεγομένην Συχάρ πλησίον τοῦ χωρίου ὃ ἔδωκεν Ἰακώβ [τῷ] Ἰωσήφ τῷ υἱῷ αὐτοῦ.
Vai, então, à cidade da Samaria chamada Siquém, perto da região que Jacó deu a José, seu filho.

O pronome relativo em negrito está no neutro singular, concordando com o antecedente em itálico. E está no caso acusativo para ser objeto direto do verbo ἔδωκεν. Essa lição é entendida como a mais provável de estar no texto inicial conforme a NA28 (e conforme a gramática em estudo). Alguns manuscritos, contudo, para conformar o uso com a *atração pelo antecedente*, colocam o relativo também no genitivo, caso em que se encontra o antecedente. Os copistas teriam feito isso justamente por se tratar de algo extremamente comum, já até esperado, embora não seguindo a lógica que nós esperaríamos.

Talvez a gramática de Moulton não se ocupe de explicar o fenômeno detalhadamente não somente por ser algo comum em outros dialetos

gregos, mas também por ter um nome auto-explicativo: O pronome relativo sofre *atração pelo antecedente*, obviamente, porque acaba concordando com ele mais do que nós esperaríamos, isto é, não só em gênero e número, mas também em caso.

De qualquer forma, o leitor que Moulton/Turner tem em mente enquanto escreve sua gramática do Novo Testamento deve ter formação razoável anterior na língua grega, devendo ter tido contato com materiais que lidam com o grego clássico ou homérico, por exemplo. Convém averiguarmos como o assunto aparece em alguma obra que trata da língua nesses períodos anteriores ao do Novo Testamento.

A *Syntaxe Grecque* [Syntaxe Grega], de Jean Humbert, apresenta um longo tópico sobre “atração” em geral, e, em certo momento, dedica atenção ao nosso problema específico:

Mas é nas relações do pronome relativo com seu antecedente – substantivo ou pronome – que se apresentam os casos mais claros de atração. De uma forma geral, o relativo *ὅς* mantém bem menos sua posição que seu correspondente latino *qui*: a atração em *caso* do relativo por seu antecedente (explícito ou não), **tão comum em grego**, é muito rara em latim, onde ela pode ser devida à própria influência do grego (Humbert, 1960, p. 84-85 – grifo meu).

Essa consideração é importante para que, pela clara afirmação de sua muita presença no grego anterior, não sejamos tentados à afirmação de que cada desvio da gramática esperada que encontramos no texto do Novo Testamento se justifica por sua forma dialetal. Pelo contrário até, e, por isso, como propõe Moulton/Turner, os copistas, encontrando o não uso da atração pelo antecedente, podem ajustar o texto a esse uso comum.

A tradicional gramática do grego clássico de Herbert Weir Smyth também ressalta: “Um pronome relativo é **frequentemente** atraído do seu caso próprio ao caso do seu antecedente, especialmente do acusativo para o genitivo ou dativo” (Smyth, 1984, p. 567 – grifo meu). Além de reforçar a muita frequência do fenômeno, o gramático observa que é mais comum que o acusativo seja atraído para o genitivo ou dativo.

Um leitor de boa memória deve se lembrar de que é exatamente o que acontece nos exemplos apresentados no tópico anterior, tanto da

LXX quanto do NT: quando o antecedente estava no nominativo ou acusativo, o pronome relativo ficava no caso logicamente esperado, diferente do que acontecia quando o antecedente estava no genitivo. E os exemplos de frases paralelas (em João e Paulo), com o pronome relativo permanecendo no acusativo em uma situação e indo para o genitivo em outra, corroboram essa constatação.

Na sua gramática de Grego Clássico e Helenístico, Manuel Alexandre Júnior também escreve um tópico sobre “Atração do antecedente (atração direta)”. Além de dizer que o pronome relativo é “muitas vezes” atraído pelo caso do seu antecedente, dá ênfase ao fato de que “especialmente, quando está no acusativo, costuma passar ao genitivo ou dativo, quando o antecedente se encontra no genitivo ou dativo” (Alexandre Júnior, 2016, p. 323). Ademais, sua exposição esclarece um pouco o que Humbert sugere ao dizer que o antecedente nesses casos pode ser “explícito ou não”:

Quando o antecedente do pronome relativo está omitido, o relativo ou se mantém em seu caso próprio ou é atraído pelo caso implícito do antecedente omitido. Quando o antecedente é nominativo ou acusativo, o relativo tende a reter seu próprio caso. Quando o antecedente omitido é genitivo ou dativo, o relativo costuma passar ao genitivo ou dativo (Alexandre Júnior, 2016, p. 323).

Para exemplificar esse tipo de ocorrência, o helenista (que também é teólogo) recorre a um exemplo de Platão e a dois exemplos joaninos (Jo 1.26 e 4.18).

No entanto, é fato que nem todo estudante do grego do Novo Testamento se dedicou antes ao estudo do grego clássico ou helenístico. Embora isso fosse o mais comum e esperado na Inglaterra dos séculos 19 e 20, contexto em que surgem e circulam os volumes da gramática de Moulton/Turner, é consideravelmente raro no nosso contexto brasileiro e, no século 21, até mesmo em países que tinham a tradição de ensino de línguas clássicas no Ensino Médio há poucas décadas. Por isso é de se esperar que uma obra de gramática dedicada ao Novo Testamento apresente atualmente a questão de modo explícito e explicado.

É o que acontece, em alguma medida, na obra de Daniel Wallace. Quando o pronome relativo é apresentado, temos um tópico intitulado

“uso regular”, seguido por um dedicado a “usos incomuns”. Nesse segundo, encontramos uma explicação sobre “Atração (Atração Direta)”, nos seguintes termos:

O caso do pronome relativo, diferente de seu gênero e número, costumeiramente não tem relação com o do antecedente, visto que é normalmente determinado pela função que ele tem na sua própria cláusula. Às vezes, contudo, ele é atraído ao caso do antecedente (Wallace, 2000, p. 288).

O que segue é apenas um exemplo, Mateus 24.50, um bom exemplo, por sinal: ἐν ᾧρᾳ ἣ οὐ γινώσκει, (numa hora **que** ele não conhece). Ele não conhece a hora. Então, trata-se de um objeto direto. O pronome relativo deveria estar, então, segundo sua função na oração, no acusativo. Contudo, é atraído ao caso do antecedente, um dativo.

Por sua muita ocorrência, o fenômeno talvez merecesse mais atenção e mais espaço. Além disso, pode não ser bom usar “às vezes” (*sometimes*), como faz Wallace. A própria expressão “uso regular”, para quando não há atração pelo antecedente, poderia ser questionada. Trata-se de algo muito frequente no Novo Testamento.

Heinrich von Siebenthal dedica mais espaço ao assunto, que introduz com as seguintes palavras:

O pronome relativo ὅς, “que” etc. (não, contudo, ὅστις) **frequentemente** está não somente no mesmo número e gênero que seu antecedente (como esperado), mas também no mesmo caso, embora o predicado da cláusula relativa (isto é, sua valência) possa pedir por outro caso. Como o caso do relativo é atraído ou assimilado no caso do antecedente, esse fenômeno é chamado “atração do relativo” (o termo tradicional) ou “assimilação do relativo” (Siebenthal, 2019, p. 543).

No que segue, também esse estudioso observa que isso costuma acontecer quando o antecedente está no genitivo ou dativo, e o pronome relativo estaria normalmente no acusativo, acrescentando exemplos como João 15.20, 13.5 e Atos 20.18 (Siebenthal, 2019, p. 543). Insere, ainda, uma exposição de três posições possíveis do antecedente em uma construção com esse tipo de atração: A primeira não requer maiores explicações. É

a que temos visto até aqui nos exemplos, quando o antecedente está, de fato, antecedendo a oração com o relativo. A segunda posição possível é aquela em que o antecedente é colocado ou incorporado na cláusula relativa. O exemplo dado está em Lucas 19.37:

ἤρξαντο [...] αἰνεῖν τὸν θεὸν φωνῇ μεγάλῃ περὶ πασῶν ὧν εἶδον
δυνάμεων

Começaram [...] a louvar a Deus com grande voz a respeito de todos os *poderes* **que** tinham visto.

Von Siebenthal anota, ainda, que, nesse tipo de construção, o antecedente pode aparecer imediatamente após o relativo, como em Marcos 24.38.

A terceira posição possível para o antecedente quando acontece a atração é mais difícil de demonstrar, justamente por se tratar de casos em que “o antecedente, na forma de um demonstrativo, está aparentemente faltando”,⁵ o que pode acontecer em construções com (Jo 17.9) ou sem (Lc 9.36) preposição vinculada ao relativo (Siebenthal, 2019, p. 544).

Por ser mais profusa em exemplos neotestamentários, a gramática de Heinrich von Siebenthal demonstra cabalmente a importante presença do fenômeno nesse nosso *corpus*, além de apresentar um esforço maior na descrição. Ademais, traz a importante observação sobre a frequência da atração com casos específicos, explicando bem que o mais comum é um relativo que se esperava no acusativo ser atraído pelo caso genitivo ou dativo do antecedente. Prepara, ainda, o leitor do Novo Testamento em grego para situações menos óbvias, pela posição do antecedente ou por sua ausência.

Por fim, destaco a forma como Blass e Debrunner, ainda no século 19, se referiam à relação entre o uso da atração do relativo no Novo Testamento e noutros registros do grego antigo: “O NT, especialmente Lucas, como a LXX [...] se conforma completamente com o uso clássico nessa peculiaridade da língua grega” (Blass and Debrunner, 1961, p.153). Em seguida, discutem exceções “permitidas”, isto é, momentos excepcionais em que não se dá a atração pelo antecedente, como, por exemplo, “se a

⁵ Lembre-se de que Humbert alertava para o fato de que o antecedente nesses casos de atração podia estar “explícito ou não”, e que Alexandre Júnior expunha bem a peculiaridade.

cláusula relativa está mais claramente separada do seu antecedente pela adição de modificadores nominais” (Blass and Debrunner, 1961, p. 153). Percebe-se que, a partir de uma perspectiva que parte dos *corpora*, isto é, dos conjuntos de textos em si para a sistematização, e não da sistematização a partir de nossa lógica para a verificação do que ocorre nos textos, o fenômeno que parece ser inusitado pode ser visto como o que é regular, e o que seria logicamente regular, como exceção. E, sim, como faz mais sentido que uma gramática de língua antiga seja descritiva e não normativa, é bom que o movimento comece a partir do uso que os antigos fizeram da língua. A abordagem de Blass e Debrunner é, portanto, muito pertinente.

CONCLUSÃO

A partir dessa breve consideração, percebo que nosso “problema” do relativo em caso aparentemente inadequado, além de ser comum nos textos antigos, anteriores ao NT e no próprio NT, é proporcionalmente bem noticiado e discutido, não passando sem uma nota mais ou menos suficiente em nenhuma das obras consideradas.

Essa muita frequência da atração pelo antecedente nos textos neotestamentários faz com que seja assunto imprescindível para o estudante do grego em seminários e faculdades de Teologia.

A partir de uma experiência atenta com o texto e de uma consulta interessada em gramáticas, o estudante se dá conta de que o fenômeno inicialmente estranho é, a bem da verdade, normal no funcionamento do idioma em si.

No hebraico bíblico (ou no português popularmente falado, apesar de poder soar estranho a ouvidos preciosistas) é normal usar-se um relativo desprovido de marcação de regência específica (sem uma preposição requerida pelo verbo, por exemplo) com o apoio de uma estrutura para seu esclarecimento ao final da oração (como em: “Esse é o menino **que** eu falei **dele**”). Assim também, no grego antigo é comum que o relativo, quando cumpre função de objeto direto na cláusula que abre, não esteja no acusativo, mas no caso do seu antecedente, se esse for genitivo ou dativo, especialmente. Não parece ser o mais lógico, visto que isso faz

termos, na oração iniciada pelo relativo, um item cumprindo função de objeto direto não estando no caso adequado para tanto. Contudo, talvez pelo fato de esse fenômeno ser amplamente encontrado nos escritores clássicos, e não somente nos escritos de registros menos eruditos da língua grega, não é tratado como erro ou marca de inferioridade.

Alcançar essa compreensão é possível a partir da reflexão, da lida com os textos e, para que o trabalho não seja hercúleo, da consulta em boas gramáticas. Tendo feito isso, o atual ou futuro exegeta poderá não só traduzir corretamente frases em que se dá a atração do relativo pelo antecedente, mas também entender o motivo de estarem escritas da forma como aparecem. Poderá, ainda, compreender que não se trata de algo atípico, se visto a partir da perspectiva dos textos, leitores e escritores antigos. Se o presente texto trouxe alguma contribuição para que se alcance isso, cumpriu sua função. Se fizer com que algum leitor tenha interesse renovado por outras questões sintáticas até menos costumeiras, como a “atração inversa”, terá feito mais que o planejado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALEXANDRE JÚNIOR, Manuel. *Gramática de Griego Clásico y Helenístico*. Barcelona: Herder Editorial, 2016.
- BIBLIA. *Bíblia Sagrada Hebraica Stuttgartensia*. Ediderunt K. Elliger et W. Rudolph. Editio quinta emendata opera A. Schenker. Stuttgart: Deutsche Bibelgesellschaft, 1997.
- BLASS, F. And DEBRUNNER, A. *A Greek Grammar of the New Testament and Other Early Christian Literature*. A Translation and Revision of the ninth-tenth German edition incorporating supplementary notes of A. Debrunner by Robert W. Funk. Chicago: The University of Chicago Press, 1961.
- CUNHA, Celso e CINTRA, Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 7.ed. Rio de Janeiro: Lexicon, 2017.
- FREIRE, Gilson Costa. Norma-padrão, norma gramatical e norma culta no Brasil: convergências, divergências e implicações para o ensino da escrita. *Revista (Con)Textos Linguísticos*, Vitória, v. 14, n. 29, p. 659-680, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/contextoslinguisticos/article/view/32219>. Acesso em: 30 out.2023.

- HUMBERT, Jean. *Syntaxe Grecque*. Paris: Librairie C. Klincksieck, 1960.
- MOULTON, James H. and TURNER, Nigel. *A Grammar of New Testament Greek*. London: T&T Clark, 2005. v. III – Syntax.
- NESTLE-ALAND. *Novum Testamentum Graece*. 28. ed. rev. Münster: Deutsche Bibel Gesellschaft, 2012.
- SIEBENTHAL, Heinrich von. *Ancient Greek Grammar for the Study of the New Testament*. Oxford: Peter Lang, 2019.
- SMYTH, Herbert Weir. *Greek Grammar*. Cambridge (MA): Harvard University Press, 1984.